



Prefeitura do Município de Londrina

Estado do Paraná

DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 91907 /2023

Assunto: Justificativas quanto aos indeferimentos às propostas advindas da Audiência.

À **Gerência de Pesquisa e Plano Diretor - IPPUL**

Considerando a metodologia adotada no processo de revisão do Código Ambiental, inserimos a Minuta de Projeto de Lei (10604854) devidamente adequada conforme as contribuições realizadas **após** a realização da 6ª Audiência Pública.

Informamos abaixo as justificativas quanto as propostas não acolhidas por esta Secretaria:

1. PROPOSTAS ANPEA ENG. AMBIENTAIS (10567909)

Proposta 1 – acolhida.

Proposta 2 – acolhida.

Proposta 3 – acolhida.

Proposta 4 – não acolhida.

Justificativa: Ressaltamos que os instrumentos elencados no Art. 19 abrangem também os planos setoriais que possuem regramento próprio ou possibilidade de construção de outros regramentos específicos.

Proposta 5 – não acolhida.

Justificativa: Quanto ao Art. 22 A norma específica será definida conforme o assunto a ser regulamentado por meio de ato regulamentar próprio, podendo ser Decreto, Portaria, Instrução Normativa e outro.

Proposta 6 - não acolhida.

Justificativa: Art. 23 - Não seria necessária a obrigatoriedade de responsabilidade técnica de todos da equipe para os estudos ambientais. Cabendo ao responsável técnico que emitir o registro se responsabilizar pelo estudo como um todo.

Proposta 7 – acolhida.

Proposta 8 – acolhida alteração no caput.

Proposta 9 - não acolhida.

Justificativa: Art. 54

IV – Não se faz necessária a inclusão haja vista que os Planos Setoriais estão previstos no Plano Diretor do Município.

V - O sistema viário possui regramento próprio, não caberia tal regulamentação no Código Ambiental.

VI - Não ficou clara a proposta, de qualquer modo o tema proposto pode ser disciplinado em regulamento específico.

VII – Mais uma vez trata-se de regulamento específico.

Proposta 10 - acolhida.

Proposta 11 - não acolhida.

Justificativa: Art. 66 - Qualquer estudo apresentado ao Município que requeira responsabilidade técnica são exigidas a respectiva ART, não sendo necessária a inclusão no Código Ambiental.

Proposta 12 - não acolhida.

Justificativa: A proposta de conservação, monitoramento e preservação das áreas sejam elas os Fundos de Vale, APP, praça ..etc foram consideradas no Código Ambiental como um todo. Regulamentos específicos podem ser consolidados a exemplo do Plano de Arborização, PMGIRS e Política de Educação Ambiental.

Proposta 13 – não acolhida.

Art. 90, manter, uma vez que tira o texto “tratamento paisagístico” sob aprovação da SEMA.

Art. 91. acolhida.

Art. 92. acolhida.

2. **PROPOSTAS VER. DANIELE ZIOBER (10567913)**

Proposta 1 - não acolhida.

Justificativa: A regulamentação de animais de grande porte deve ser elaborada/aprimorada em ato regulamentar próprio. Não cabendo ao Código Ambiental.

Proposta 2 – não acolhida.

Justificativa: Qualquer proibição prevista no Código Ambiental deve-se se pautar e Leis Federais, Estaduais e Municipais vigentes, não cabendo a complementação sugerida.

Proposta 3 – não acolhida.

Justificativa: De igual modo, não se faz necessária a inclusão no texto sugerido, podendo a podendo a qualquer momento serem propostos atos regulamentares específicos sobre o tema.

3. **PROPOSTAS DA SECRETARIA DE OBRAS E PAVIMENTAÇÃO - SMOP**

Art. 44. – Não acolhida.

Justificativa: a previsão relacionada à emissão de licenças deverá ocorrer no ato regulamentar próprio, posterior ao Convênio com o Estado e a revisão da CEMA 110/2021

Art. 64 – revista a redação considerando a contribuição.

Art. 73 e 75 - manter a redação atual, considerando a super exploração do aquífero subterrâneo.

Art. 77 - manter para resguardar os mananciais de abastecimento do Município.

Art. 78 - manter a redação atual

Justificativa: a previsão relacionada ao tema deverá ocorrer no ato regulamentar próprio, posterior ao Convênio com o Estado e a revisão da CEMA 110/2021

Art. 83 – manter a redação atual. Trata-se de um retrocesso ao Código Ambiental vigente.

Art. 84 – manter a redação atual. Possibilidade de uso na área rural por ato regulamentar específico.

Art. 86 – manter a redação atual, pois a SEMA como órgão ambiental e representante do Poder Público Municipal tem o dever de “promover o controle da qualidade do ar observando as diretrizes”.

Art. 89 – manter a redação atual, proibição para todas as áreas públicas, em consonância com a legislação federal.

Arts. 107 e 175 – acolhidas as propostas.

4. **PROPOSTAS PÉ VERMELHO AMBIENTAL (10567895)**

Art 76. Manter a redação atual e o tema será disciplinado posteriormente em regulamentação específica.

5. **PROPOSTAS SINDUSCON (10567919)**

Art. 64 - Acolhida a proposta

Art. 65. Acolhida a proposta

Art. 68. Não acolhida.

Manter a redação da minuta, pois o proprietário é corresponsável.

Art. 73. Proposta parcialmente acolhida com alteração da redação.

Art. 76. Não acolhida.

Justificativa: Manter a redação atual e o tema será disciplinado posteriormente em regulamentação específica.

Art. 77. Proposta parcialmente acolhida com alteração da redação, pois as áreas de várzea não possuem leito regular.

Art. 79. Proposta parcialmente acolhida com alteração da redação.

Art. 82. Não acolhida.

Justificativa: Manter a redação da minuta, pois disciplina uma prática já aplicada no município e sua alteração seria um retrocesso ambiental.

Art. 99. Acolhida a proposta.

Art. 100. Proposta parcialmente acolhida com alteração da redação, pois as áreas de várzea não possuem leito regular.

Art. 102. Proposta não acolhida

Justificativa: Este código já prevê o regramento das faixas de preservação permanente.

Art. 104. Texto remodelado.

Art. 161. Acolhida a proposta.

Art. 167. Acolhida a proposta.

Art. 168. Parágrafo suprimido do texto.

As alterações no glossário não foram acolhidas, pois tratam de propostas não acatadas no texto da minuta

6. **PROPOSTAS ONG MAE (10567926)**

1) Proposta acolhida com adequação do texto.

2) Proposta acolhida com adequação do texto.

3) Acolhida a proposta.

7. **PROPOSTA DO IPPUL: FORMULÁRIO PROPOSTAS E CONTRIBUIÇÕES - IPPUL (10271341)**

1) Transferir a Seção IV do Capítulo IV para Seção I do Capítulo V

Não acatada, pois a Seção IV lista os instrumentos, como elementos da política e o Cap. IV descreve cada instrumento.

2) ADITIVA Art.19 (...) XII – transferência do direito de construir

Proposta não acatada, pois entendemos que não é um instrumento da política ambiental, entretanto, o texto do Art. 108 deve ser alterado com a seguinte redação

3) MODIFICATIVA Seção X Zoneamento Ambiental Econômico, substituir toda vez que o termo aparecer por: “Zoneamento Ambiental Econômico Municipal de Londrina (ZAEM-Londrina)”

Proposta acatada

4) ADITIVA Art.59 (...) Parágrafo único: O município regulamentará o ZAEM até 12 meses após a publicação desta lei.

Proposta acatada

5) ADITIVA Art. 77 (...) § _ª Não se aplicam as áreas de proteção aos subafluentes.

Proposta não acatada, pois disciplina uma prática já aplicada no município e sua alteração seria um retrocesso ambiental.

6) ADITIVA Art. 77 (...) § _ª SEM REDAÇÃO PROPOSTA

Texto da minuta alterado para “borda da calha do leito regular” conforme Código Florestal Brasileiro”

7) ADITIVA Art. 77 (...) § _ª Ilustra este artigo o anexo II – Mananciais de Abastecimento e respectivas Áreas de Proteção.

Proposta não acatada, pois a informação está disponível no SIGLON

8) ADITIVA Necessário manter a delimitação dos Setores Especiais de Fundo de Vale até a via mais próxima ou executada (Art. 82 supriu essa exigência)

Proposta não acatada, pois a delimitação já é prevista no Art. 83

9) MODIFICATIVA Art. 82 (...) § 1ª Nas áreas já parceladas para fins urbanos aprovados antes da vigência da Lei Municipal nº 11.471/2012, e na área rural, não se aplica o disposto no caput, devendo ser respeitados os limites da Área de Preservação Permanente.

Proposta acatada

10) ADITIVA Art. 82 (...) § _ª Nas áreas que dependerão de consulta para regularização os limites das Áreas de Interesse Ambiental deverão ser definidos no processo de Diretrizes Urbanísticas, conforme Lei Municipal de Parcelamento do Solo.

Proposta acatada

11) MODIFICATIVA Art. 107 (...) Parágrafo único: As áreas públicas destinadas a parques, praças, áreas de lazer e recreação deverão ser delimitadas por vias de circulação, e providas de cobertura vegetal arbórea, por meio da preservação da vegetação original ou de replantio de espécies arbóreas nativas, conforme indicação da SEMA.

Proposta acatada

12) MODIFICATIVA Art. 108 (...) II – transferência do direito de construir;

Proposta acatada

13) ADITIVA CAPÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS Art. Xx. Ficam revogados o inciso XXIII do Art. 5º e o Art. 77 da Lei nº 11.996/2013.

Proposta não acatada, será realizada a compatibilização da nomenclatura no Plano de Arborização

14) SUPRESSIVA ANEXO I – Glossário Áreas de Interesse Ambiental (AIA): abrangem (...) relevância ambiental e paisagística. Anteriormente denominada Zona Especial de Fundo de Vale.

15) Proposta acatada com a seguinte redação:

Anexo I - Glossário

Áreas de Interesse Ambiental (AIA): abrangem os Setores Especiais de Fundo de Vale e as Áreas de Preservação Permanente dos cursos d'água nos trechos inseridos nos perímetros urbanos e nas zonas expansão urbana, além de outras áreas de relevância ambiental e paisagística.

16) SUPRESSIVA

ANEXO I – Glossário Macrozona Rural de Controle Ambiental

Proposta não acatada, pois a definição apresentada no código abrange as demais unidades de conservação existentes no município.

8. PROPOSTAS TUMORU SERA (10567950)

1) "Uso racional de um grande volume de resíduos orgânicos urbanos e nas plantações, jardinocultura, arborização e turismo urbano e rural, via compostagem substituindo caros fertilizantes químicos. Por que não adota a usina de compostagem sistemática para abastecer as propriedades familiares de Londrina ? Por que não fazer parceria com a COPEL para fazer uma poda tecnológica de árvores de sombra para não levantar calçadas, embelezamento e reduzir acidentes nas tempestades ? "

Acolhida a inclusão do termo "AGROECOLOGIA" por entender que caberia a remissão no Código Ambiental.

2) "Elaboração de Cartilha de Ocupação de solo margeando mananciais, córregos, riachos, ribeirões e rios de bacias hidrográficas (por que não também de lixos) para que todos tenham acesso à informação para participarem como fiscais, invés de contratação de número infindável de fiscais na SEMA e no PmLd. Invés disso, Por que não instrumentalizar a Secretaria da Agricultura para estradas antierosão que não polua os rios e criar condições para evitar a morte de minas d'água nas propriedades, orientando e informando dos benefícios econômicos desta ação para agricultores e municípios."

Proposta não acatada, tendo em vista que existe capítulo específico de Educação Ambiental com esta competência.

9. PROPOSTAS REDE AGROVIDA/COPATI (10567941)

Foram incluídas as justificativas no texto, conforme Anexo Justificativas Propostas Rede Agrovida COPATI (10623434). Salientamos que a sugestão de incluir "nas áreas urbana e rural" não foi acolhida, tendo em vista que o termo "Município de Londrina" já abrange área urbana e rural.

Londrina, 10 de julho de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Esther Romero Jandre, Diretor(a) de Bem-Estar Animal**, em 11/07/2023, às 17:57, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



Documento assinado eletronicamente por **Gerson Galdino, Diretor(a) de Áreas Verdes**, em 12/07/2023, às 12:13, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Silvia Cebulski, Diretor(a) de Controle Ambiental**, em 12/07/2023, às 13:33, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.londrina.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10605346** e o código CRC **3080EE79**.



Prefeitura do Município de Londrina

Estado do Paraná

MINUTA DE PROJETO DE LEI

* MINUTA DE DOCUMENTO

SÚMULA: Institui o Código Ambiental do Município de Londrina.

A CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE

LEI :

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Com base nos artigos 23, 30 e 225 da Constituição Federal, no Plano Diretor Participativo do Município de Londrina, no Estatuto da Cidade e na Legislação Ambiental Federal, Estadual e Municipal, este Código tem como finalidade regular as ações da Administração Pública e da Coletividade que garantam proteção, conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do ambiente ecologicamente equilibrado, e estabelecer normas para a administração, a proteção e o controle do patrimônio ambiental, da qualidade do ambiente e do desenvolvimento sustentável do Município de Londrina.

Parágrafo único. Consideram-se incorporados à presente lei os princípios e conceitos jurídicos definidos nas leis que dispõem sobre a Política Nacional, Estadual e Municipal do Ambiente.

Art. 2º Este código regula os direitos e obrigações concernentes à proteção, controle, conservação e recuperação do Meio Ambiente no Município de Londrina, ~~nas áreas urbana e rural.~~

CAPÍTULO II

DO INTERESSE LOCAL

Art. 3º Para cumprimento do disposto no artigo 30 da Constituição Federal, no que concerne à política do meio ambiente, considera-se como interesse local, dentre outros:

- I - o incentivo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo;
- II - a articulação e integração das ações e atividades ambientais desenvolvidas no Município e intermunicipais, favorecendo convênios e outros instrumentos de cooperação;
- III - a compatibilização do desenvolvimento econômico e social com a conservação ambiental, a qualidade de vida e o uso racional dos recursos ambientais;
- IV - a redução dos níveis de poluição atmosférica, hídrica, sonora, visual e do solo, mantendo-se dentro dos padrões técnicos estabelecidos pelas normas vigentes;
- V - a criação, conservação e preservação de áreas protegidas do Município;
- VI - a proteção do território e dos recursos naturais, necessários à subsistência de Povos e Comunidades tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente
- VII - o estímulo ao desenvolvimento de pesquisas visando o uso adequado dos recursos ambientais;
- VIII - a promoção da educação ambiental crítica e cidadã;
- IX - o zoneamento ambiental;
- X - o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental local.
- XI - a proteção do solo e recursos hídricos, por meio de práticas conservacionistas que impeçam a sua degradação;
- XII - o desenvolvimento de parques em áreas propícias à educação e lazer voltados para conscientização sobre a necessidade de preservação ambiental e práticas sustentáveis; **(consta no inc. 5 e em Unidade de Conservação)**
- XIII - o desenvolvimento da agroecologia e a produção orgânica de alimentos, garantindo segurança alimentar, de acordo com diretrizes da FAO/ONU.

Proposta acolhida com readequação do texto!

CAPÍTULO III DO SISTEMA MUNICIPAL DO AMBIENTE

SEÇÃO I DA ESTRUTURA

Art. 4º O Sistema Municipal do Meio Ambiente é formado pelo Órgão Gestor, pelo Órgão Consultivo e Deliberativo e pelos demais órgãos da administração pública municipal responsáveis pela implantação da Política Municipal do Meio Ambiente - PMMA.

SEÇÃO II DO ÓRGÃO GESTOR

Art. 5º A Secretaria Municipal do Ambiente - SEMA é o órgão responsável por fixar diretrizes, coordenar, executar e fazer cumprir a Política Municipal do Meio Ambiente.

Parágrafo único – Para exercício pleno de suas funções e atividades, a SEMA deverá contar com corpo técnico especializado e infraestrutura de trabalho adequada.

Proposta acolhida.

Art. 6º São atribuições do Órgão Gestor:

I – promover, no Município, a integração, a articulação, parcerias, a cooperação técnica, científica e financeira de programas e ações de órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal relacionados à proteção e à gestão ambiental;

II – participar do planejamento e aplicação de políticas públicas ambientais do Município e correlatas; **(nem todas as políticas elaboradas pela SEMA de se sua responsabilidade a aplicação)**

III - assegurar a preservação, a recuperação e a exploração dos recursos naturais do município fazendo cumprir a legislação ambiental, exercendo para tanto o poder de polícia administrativa sobre o controle, o licenciamento e a fiscalização ambiental;

IV - planejar, manter e gerenciar as unidades de conservação municipais e outras de interesse para incremento das áreas verdes do Município, ~~nas áreas urbana e rural;~~

V - manifestar-se, mediante estudos e pareceres técnicos, sobre questões de interesse ambiental do Município, ~~nas áreas urbana e rural;~~

VI

VII - promover a aplicação e zelar pela observância da legislação e das normas ambientais, **inclusive com relação ao uso de agrotóxicos, de modo a assegurar a boa qualidade da água para produção de alimentos e saúde animal, conforme diretrizes da FAO/ONU; (optou-se em manter genérico a outros temas)**

VIII- promover o suporte administrativo para as atividades dos conselhos vinculados à sua política de atuação;

IX - promover a educação ambiental;

X – promover a gestão da arborização urbana no Município;

XI– fiscalizar todas as formas de dano ao meio ambiente, aplicar as penalidades cabíveis e orientar sua recuperação, ~~nas áreas urbana e rural;~~

XII - fiscalizar a execução do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos do Município; (contido no item XI)

XIII – executar outras atividades correlatas atribuídas pela Administração Municipal.

Propostas não acolhidas. Justificativas em destaque negrito.

SEÇÃO III DO ÓRGÃO CONSULTIVO E DELIBERATIVO

Art. 7º O Conselho Municipal do Meio Ambiente - CONSEMMA é o órgão normativo, deliberativo, consultivo e fiscalizador da Política Municipal do Meio Ambiente, criado e regido pela [Lei Municipal nº 4.806/91](#) e suas alterações.

Parágrafo Único - A composição, atribuições, estrutura e regimento do CONSEMMA serão estabelecidos por legislação própria.

Art. 8º Os atos do CONSEMMA são de domínio público e deverão ser divulgados, inclusive por meio de publicação no órgão de imprensa oficial do Município.

CAPÍTULO IV DA POLÍTICA AMBIENTAL DO MUNICÍPIO

Art. 9º A Política Ambiental do Município, deve compatibilizar-se com o desenvolvimento econômico e social, conservação da qualidade de vida e do equilíbrio ecológico, **considerando a urgência de soluções para enfrentamento da crise climática. (inserido artigo específico sobre o tema)**

SEÇÃO I DOS PRINCÍPIOS

Art. 10. Para o estabelecimento da política ambiental serão observados ainda os seguintes princípios fundamentais:

I - o direito de todos ao ambiente ecologicamente equilibrado e a obrigação de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações;

II - a compatibilização com as políticas do meio ambiente ~~global~~, federal e estadual; **(competência do governo federal)**

III - a obrigatoriedade de reparação do dano ambiental ~~nas áreas urbana e/ou rural;~~

IV - a democratização e o caráter público das informações relativas ao ambiente;

V - a multidisciplinaridade e interdisciplinaridade no trato das questões ambientais;

VI - a participação comunitária na defesa do ambiente;

VII - a prevalência do interesse público;

VIII - a educação ambiental crítica e cidadã;

IX - a autonomia municipal para o exercício das atribuições compatíveis com o interesse ambiental local;

X - a promoção da ecoeficiência por meio de estímulos e incentivos que visem à adoção e utilização de tecnologias mais limpas **para geração de energia (para qualquer tipo de geração)**, à proteção, à manutenção, à recuperação do ambiente e **à mobilidade urbana. (tema incluído no art. 3º)**

SEÇÃO II DOS OBJETIVOS

Art. 11. São objetivos da Política Ambiental do Município:

I – manter a fiscalização permanente do patrimônio ambiental;

II – estabelecer diretrizes e padrões para a proteção, conservação e melhoria do ambiente em consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS);

III - dotar o Município de infraestrutura material e de quadro funcional adequados e qualificados para a administração do ambiente;

IV - subsidiar o planejamento ambiental do Município, com uso sustentável dos recursos naturais;

V - promover o controle das atividades potenciais ou efetivamente poluidoras, ~~nas áreas urbana e rural;~~

- VI – sensibilizar a sociedade para a compreensão integrada do ambiente;
- VII - estimular o desenvolvimento de pesquisas visando o uso adequado dos recursos ambientais;
- VIII - promover a coleta, gestão e acesso das informações relativas ao ambiente;
- IX - impor ao degradador do ambiente a obrigação de recuperar e compensar o dano ambiental;
- X - estimular a inovação tecnológica, visando a redução e controle das emissões antrópicas de Gases de Efeito Estufa (GEE).

SEÇÃO III

DA PARTICIPAÇÃO POPULAR E DOS DEVERES DO PODER PÚBLICO

Art. 12. A participação da coletividade é fundamental à proteção ambiental e à conservação dos recursos naturais, devendo o Poder Público estabelecer medidas que a viabilizem e estimulem.

Art. 13. Compete ao Poder Público:

I – promover a educação ambiental, crítica e cidadã, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal, e a sensibilização da sociedade para a importância da preservação, conservação e recuperação do meio ambiente, ~~nas áreas urbana e rural~~;

II – elaborar e divulgar, de forma ampla e permanente, programas e projetos de proteção do meio ambiente, estimulando a participação social e o desenvolvimento da consciência crítica da coletividade;

III – promover a realização de audiências públicas na forma da lei;

IV – implementar políticas públicas ambientais que respeitem as organizações sociais e os povos e comunidades tradicionais;

V - fomentar a participação social na gestão do meio ambiente, através da democratização das informações, da percepção das demandas locais e da valorização do território;

VI - incentivar a integração, a articulação e a parceria entre os setores governamentais e destes com a sociedade civil.

Art. 14. O Poder Público estabelecerá as limitações administrativas indispensáveis ao controle das atividades potencial ou efetivamente degradadoras.

Art. 15. O Poder Público deverá incluir no orçamento dos projetos, serviços e obras municipais os recursos necessários à prevenção ou à correção dos impactos ou prejuízos ambientais decorrentes de sua execução.

Art. 16. É dever de todo cidadão informar ao Poder Público sobre atividades poluidoras ou degradadoras **do ambiente** de que tiver conhecimento, sendo-lhe garantido o sigilo de sua identidade, quando assim o desejar. **Proposta acolhida.**

Art. 17. O Poder Público compatibilizará as políticas de crescimento econômico e social com as de proteção do ambiente.

Art. 18. O interesse público terá prevalência sobre o privado no uso, na exploração, na preservação e na conservação do patrimônio ambiental.

SEÇÃO IV DOS INSTRUMENTOS

Art. 19. A aplicação da Política Ambiental do Município rege-se pelos seguintes instrumentos:

- I - avaliação de impactos ambientais;
- II – **recuperação, mitigação e compensação ambiental (proposta acolhida)**
- III - educação ambiental;
- IV - estímulos e incentivos à conservação ambiental;
- V - fiscalização, controle e monitoramento da qualidade ambiental;
- VI - licenciamento ambiental;
- VII - padrões de qualidade ambiental;
- VIII - pesquisa e tecnologia;
- IX - planejamento ambiental;
- X - sistema municipal de informação ambiental e,
- XI - zoneamento ambiental.

CAPÍTULO V DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA AMBIENTAL

SEÇÃO I AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

Art. 20. Para efeito deste Código, considera-se impacto ambiental toda ação causadora de poluição ou degradação ambiental, cujos efeitos repercutam direta e imediatamente sobre os interesses do município, ~~nas áreas urbana e rural~~ e que afetem:

- I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II - as atividades socioeconômicas;
- III - a biota;
- IV - as condições paisagísticas e sanitárias do meio ambiente;
- V - a qualidade e a quantidade dos recursos ambientais;
- VI - os costumes, a cultura e as formas de sobrevivência das populações.

Art. 21. A avaliação de impactos ambientais resulta do emprego de métodos cientificamente aceitos que possibilitam a análise e a interpretação das alterações sofridas pelo meio ambiente.

Parágrafo único - A aplicação dos métodos referidos no caput deste artigo permitirá a elaboração de

estudos sobre os efeitos causados pela ação impactante, o que dará corpo aos diferentes estudos ambientais exigíveis.

Art. 22. Os estudos ambientais serão exigidos previamente pelo órgão ambiental municipal, para a concessão de licença ambiental de empreendimentos, obras e atividades potencialmente degradadoras ou poluidoras do meio ambiente do município, ~~nas áreas urbana e rural~~, cujas atividades serão definidas por norma específica.

Art. 23. Os estudos ambientais deverão ser realizados por equipe multiprofissional habilitada, a qual é responsável civil, administrativa e penalmente, pelas informações prestadas às autoridades ambientais.

Art. 24. A avaliação de impacto ambiental e as diretrizes de cada estudo ambiental serão definidas, em qualquer caso, observando-se os princípios, objetivos e as normas gerais deste Código, respeitando as resoluções do CONAMA e as normas e resoluções federais, estaduais e municipais em vigência.

SEÇÃO II

RECUPERAÇÃO, MITIGAÇÃO E COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Art. 25. Aquele que desenvolver qualquer atividade que altere negativamente as condições ambientais, ~~seja na área urbana ou rural do Município~~, fica sujeito à recuperação, mitigação ou compensação ambiental, conforme exigências estabelecidas pelo órgão ambiental competente.

Art. 26. Nos casos que a recuperação ambiental não seja possível ou tecnicamente justificável, será exigida a compensação ambiental.

Parágrafo único. A aplicação da compensação ambiental ocorrerá sem prejuízo a outras sanções legalmente previstas.

Art. 27. A compensação ambiental poderá ser realizada por meio das medidas abaixo, conforme determinação do órgão ambiental competente e deliberação do Consemma:

- I – pecúnia;
- II – regularização fundiária de Unidade de Conservação Municipal;
- III – aquisição de terra para constituição de futuras Unidades de Conservação ou de interesse ambiental;
- IV – recuperação de área de Unidade de Conservação ou de interesse ambiental;
- V – adoção de outras medidas que contribuam para a manutenção ou melhoria da qualidade ambiental do município de Londrina, mesmo em áreas diversas daquela do impacto direto.

Art. 28. Os recursos em pecúnia provenientes da compensação ambiental que trata o artigo 28, serão aplicados obrigatoriamente na mesma bacia hidrográfica que originou o pedido de compensação.

SEÇÃO III

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 29. Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à qualidade de vida e à sustentabilidade, **de acordo com diretrizes da UNESCO/ONU. (optou-se em não especificar)**

Art. 30. O conhecimento relacionado às questões ambientais deverá ser difundido em ações educativas e de divulgação, visando estimular a cooperação e a participação da comunidade na gestão ambiental.

Art. 31. A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação, devendo estar presente de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Art. 32. São princípios básicos da educação ambiental:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Art. 33. São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre os cidadãos, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Art. 34. A educação ambiental deverá ser desenvolvida:

I – por meio da Política Municipal de Educação Ambiental e do Sistema Municipal de Educação

Ambiental, instituídos por lei específica;

II - nas redes públicas e particulares de ensino, em conformidade com os parâmetros curriculares nacionais e orientados pelos temas transversais;

III - nos segmentos da sociedade, com a participação ativa, principalmente daqueles que possam atuar como agentes multiplicadores das informações e de boas práticas ambientais;

IV – nas entidades e nos setores público e privado, promovendo programas e projetos de Educação Ambiental.

SEÇÃO IV

ESTÍMULOS E INCENTIVOS À CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Art. 35. O Executivo Municipal estimulará e incentivará ações, atividades, procedimentos, empreendimentos, de caráter público ou privado, que visem à proteção, à manutenção e à recuperação do ambiente, mediante concessão de vantagens fiscais e creditícias e apoio técnico, científico e operacional, por meio da criação de leis específicas.

Art. 36. Os estímulos, incentivos e demais benefícios concedidos nos termos deste artigo serão sustados ou extintos quando o beneficiário descumprir as exigências administrativas ou as disposições da legislação ambiental.

Parágrafo único. Configurada a hipótese prevista no artigo anterior, o infrator ressarcirá integralmente ao erário os valores que tenha recebido ou que não tenha recolhido em razão da concessão do benefício, sem prejuízo das demais cominações legais cabíveis.

SEÇÃO V

FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E MONITORAMENTO DA QUALIDADE AMBIENTAL

Art. 37. O controle das atividades e empreendimentos que causem ou possam causar impactos ambientais será realizado pela SEMA, sem prejuízo das ações de competência do Estado e da União e das demais legislações em vigor.

§ 1º O controle ambiental será realizado por todos os meios e formas legais permitidos, como o licenciamento, o monitoramento e a fiscalização dos empreendimentos e das atividades públicas e privadas.

§ 2º Para a efetivação das atividades de controle e fiscalização, a SEMA poderá solicitar a colaboração dos órgãos e entidades que compõem o SISNAMA, bem como de outros órgãos ou entidades municipais.

§ 3º A SEMA poderá exigir que os responsáveis pelas fontes ou ações degradantes adotem medidas de segurança, para evitar os riscos ou a efetiva poluição da água, do ar, do solo e do subsolo e para evitar outros efeitos indesejáveis ao bem-estar da comunidade e à preservação das espécies da fauna e da flora.

Art. 38. A SEMA poderá determinar ao responsável pelas fontes poluidoras o seu autocontrole, por meio do monitoramento dos níveis e das concentrações de suas emissões e lançamentos de poluentes.

Art. 39. No exercício do controle preventivo, corretivo e repressivo das situações que causam ou possam

causar impactos ambientais, cabe à SEMA:

I – efetuar vistorias e inspeções técnicas e fiscalização ~~nas áreas urbana e rural;~~

II – analisar, avaliar e emitir pareceres sobre o desempenho de atividades, empreendimentos, processos e equipamentos sujeitos a seu controle;

III – verificar a ocorrência de infrações, aplicando as penalidades previstas neste código e na legislação pertinente;

IV – notificar pessoas físicas ou jurídicas para prestar esclarecimentos; e

V – apurar denúncias e reclamações.

Art. 40. A fiscalização do cumprimento do disposto neste Código e das normas dele decorrentes será exercida por servidores municipais devidamente habilitados no desempenho de seu cargo e função.

Art. 41. Constatada a ocorrência de infração administrativa ambiental, será lavrado auto de infração, do qual deverá ser dada ciência ao autuado, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

SEÇÃO VI LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 42. A localização, construção, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais, bem como as capazes, sob quaisquer formas, de causar degradação ou impacto ambiental ~~nas áreas urbana e rural,~~ dependerão de prévio licenciamento ambiental, a ser realizado pelo órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis, conforme lei específica.

Art. 43. À SEMA caberá a fiscalização, a autorização e o licenciamento ambientais de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local de que trata esta Lei e daquelas que lhe forem outorgadas pelos demais entes federativos, por instrumento legal ou convênio.

Art. 44. O Poder Executivo, por meio do órgão competente, editará ato regulamentar das etapas e procedimentos para instrução e expedição da autorização ou do licenciamento ambiental, assim como os documentos, projetos e estudos ambientais necessários ao início do processo administrativo ambiental.

Art. 45. A SEMA poderá definir nas licenças ambientais condições, restrições, planos de monitoramento, medidas de reparação e controle ambiental, medidas compensatórias e mitigadoras a serem cumpridas e atendidas pelo requerente.

§ 1º A renovação das licenças ambientais fica condicionada ao cumprimento do disposto no caput deste artigo.

§ 2º A construção somente receberá o Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra – CVCO - secumpridas todas as exigências ambientais.

Art. 46. A utilização dos recursos naturais dependerá de autorização do órgão ambiental competente.

Parágrafo único. Ficarão a cargo do empreendedor os custos necessários à recuperação e à manutenção dos padrões de qualidade ambiental.

Art. 47. As atividades de qualquer natureza deverão ser dotadas de meios e sistemas de segurança contra acidentes que possam pôr em risco a saúde pública ou o ambiente.

SEÇÃO VII PADRÕES DE QUALIDADE AMBIENTAL

Art. 48. Os padrões de qualidade ambiental são os valores de concentrações máximas toleráveis para cada poluente, de modo a resguardar a saúde humana, a fauna, a flora, as atividades econômicas e o meio ambiente em geral.

Art. 49. Os padrões e normas de emissão devem obedecer aos definidos pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA e pelo poder público Federal e Estadual, podendo o órgão ambiental municipal estabelecer padrões mais restritivos ou acrescentar padrões para parâmetros não fixados pelos órgãos federal e estadual, fundamentados em parecer consubstanciado.

Parágrafo único. Os padrões de qualidade ambiental devem ser expressos, quantitativamente, indicando as concentrações máximas de poluentes suportáveis em determinados ambientes, devendo ser respeitados os indicadores ambientais de condições de autodepuração do corpo de água receptor.

SEÇÃO VIII PESQUISA E TECNOLOGIA

Art. 50. Compete ao Município estimular o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias voltadas à preservação, à conservação e ao uso racional dos recursos naturais ambientais, observadas as peculiaridades locais.

Parágrafo único. A Administração Pública promoverá estudos, análises e avaliações de informações destinadas a fundamentar cientificamente a atuação do Poder Público na garantia da qualidade ambiental no Município, ~~nas áreas urbana e rural~~, ainda que por meio de convênios de cooperação técnica com universidades, institutos de pesquisas e tecnologia e demais órgãos públicos e privados.

Art. 51. A Administração Pública poderá celebrar convênios e parcerias com universidades e centros ou instituições de ensino ou pesquisas, para o monitoramento da poluição de qualquer natureza.

Parágrafo único. A metodologia de coleta e análise de dados de caracterização ou do monitoramento da qualidade ambiental no Município seguirão as normas técnicas e legislações vigentes.

Art. 52. A Administração Pública manterá à disposição da comunidade os estudos e pesquisas por meio do Sistema de Informação Ambiental.

SEÇÃO IX PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Art. 53. O planejamento ambiental estabelecerá as diretrizes do desenvolvimento sustentável, consistindo em processo dinâmico e permanente baseado na realidade local, e se realizará a partir da análise das condições do ambiente natural e construído.

Art. 54. Para atender às premissas estabelecidas no artigo anterior, o Planejamento Ambiental deverá basear-se:

I – na adoção das bacias hidrográficas como unidades físico-territoriais de planejamento e gerenciamento ambiental;

II – na avaliação da capacidade de suporte dos ecossistemas;

III – no Plano Diretor Participativo do Município.

IV - utilização de dados **cadastrais disponíveis ou a serem coletados no território do Município. (não cabe no código a definição das metodologias do Planejamento Ambiental)**

Art. 55. Caberá ao Planejamento Ambiental:

I – produzir subsídios para formulação e reformulação da política ambiental do Município;

II – fixar as diretrizes ambientais para o uso e a ocupação do solo, visando a conservação do Bioma Mata Atlântica e à qualidade ambiental no Município; e

III – recomendar ações destinadas a articular e integrar os planos, programas, projetos e ações desenvolvidos pelos diferentes órgãos municipais, estaduais e federais, no âmbito ambiental.

Art. 56. O Planejamento Ambiental indicará os problemas ambientais, os agentes envolvidos e identificará, sempre que possível, as soluções a serem adotadas, os prazos de sua implementação e os recursos a serem mobilizados.

SEÇÃO X

SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÃO AMBIENTAL

Art. 57. A SEMA manterá um Sistema de Informação Ambiental, com as informações relativas ao ambiente do Município de Londrina, **inclusive com a realização de cadastro permanente de propriedades rurais. (não é competência a ser atribuída no código ambiental)**

§ 1º Poderão constar desse sistema informações disponíveis em outros órgãos municipais, estaduais e federais.

§ 2º É garantido ao público o acesso às informações contidas no Sistema de Informação Ambiental, ressalvadas as informações protegidas pela legislação.

SEÇÃO XI

ZONEAMENTO AMBIENTAL

Art. 58. O Zoneamento Ambiental consiste na definição do uso de parcelas do território municipal, nas

quais serão permitidas ou restringidas determinadas atividades, de modo absoluto ou parcial e para as quais serão previstas ações que terão como objetivo a proteção, a manutenção e a recuperação do padrão de qualidade do meio ambiente, consideradas as características ou atributos de cada uma dessas áreas.

Art. 59. O Zoneamento Ambiental, definido por lei específica e integrado ao Plano Diretor do Município, estabelecerá as Zonas de Proteção Ambiental, respeitados, em qualquer caso, os princípios, os objetivos e as normas gerais consagrados neste Código e na legislação vigente.

CAPÍTULO VI DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL

SEÇÃO I DO SOLO E SUBSOLO

Art. 60. O uso do solo nas áreas urbana e rural do Município deverá estar em conformidade com a política municipal de parcelamento, uso e ocupação do solo, conforme a dinâmica socioeconômica regional e local e com o que dispõe este Código e a legislação estadual e federal pertinentes.

Art. 61. O aproveitamento do solo deverá ser feito de forma a manter sua integridade física e sua capacidade produtora, com a aplicação de técnicas de proteção e recuperação, para evitar sua perda ou degradação.

Art. 62. Constitui infração grave a não adoção das medidas necessárias à conservação do solo, permitindo processos erosivos e carreamento de solo às vias públicas, ao sistema de drenagem e aos corpos de água.

SUBSEÇÃO I TERRAPLANAGEM

Art.63. É dever do Município e da sociedade adotar as medidas necessárias à prevenção e à redução dos riscos de desastres, por meio do controle de obras e serviços de terraplanagem, de forma a garantir a proteção das pessoas e seus bens, saúde, meios de vida e bens de produção, bem como o seu patrimônio cultural e ambiental.

Art. 64. Os serviços ou obras que envolvam movimentação de terras, manual ou mecânica, no Município de Londrina, dependem de autorização prévia da SEMA, quanto à regularidade ambiental da intervenção e da localização do empreendimento.

§ 1º As movimentações de terras definidas em lei ou regulamento específico como atividades licenciáveis, serão liberadas ambientalmente com a expedição de licença ou autorização ambiental.

~~§ 2º Para análise das obras e serviços de terraplanagem serão utilizados projetos e/ou levantamentos topográficos e de características edafoclimáticas, acompanhados de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica, devidamente elaborado e assinado por profissional habilitado. (parágrafo retirado da minuta do Código Ambiental)~~

§ 3º É proibida a execução de obra ou serviços de terraplanagem quando a obra estiver situada nas seguintes áreas:

I - área de risco geológico;

II - área de preservação permanente ou reserva legal;

III - unidade de conservação, nos limites do que se estabelece no seu plano de manejo;

IV - área sujeita a inundação.

SUBSEÇÃO II DOS RECURSOS MINERAIS

Art. 65. A SEMA determinará em face do zoneamento ambiental as áreas de exploração potencial de minerais, visando estabelecer prioridades de uso e a compatibilidade da atividade de mineração com os demais usos do solo nas respectivas zonas.

Art. 66. As atividades de mineração que venham a se instalar ou a ser ampliadas deverão atender aos requisitos exigidos para licenciamento ambiental e, em especial, apresentar o Plano de Recuperação da Área Degradada - PRAD.

Parágrafo único. Operar sem licença ambiental ou em desacordo com a licença emitida constitui infração sujeita a embargo, multa e compensação ambiental.

Art. 67. O Plano de Recuperação de Área Degradada deve prever a recuperação das áreas exploradas, sob pena de suspensão da licença.

Art. 68. A recuperação de áreas de mineração, abandonadas ou desativadas, é de responsabilidade do empreendedor e do proprietário.

Art. 69. Os empreendimentos de mineração que utilizem como método de lavra o desmonte por explosivos primários e secundários deverão atender aos limites de ruído e vibração estabelecidos na legislação vigente.

Art. 70. Nas atividades de exploração de recursos minerais, considerando a lavra, transporte e beneficiamento, deverão ser adotados procedimentos que visem à minimização da emissão de particulados na atmosfera.

SEÇÃO II DA ÁGUA

Art. 71. As ações do Município para gestão, uso, proteção, conservação, recuperação e preservação dos recursos hídricos atenderão ao disposto na legislação federal pertinente, na Política Estadual de Recursos Hídricos e nas demais normas estaduais e municipais, com os seguintes fundamentos:

- I. a água é um bem de domínio público limitado e de valor econômico;
- II. o Poder público e a sociedade, em todos os seus segmentos, são responsáveis pela preservação e conservação dos recursos hídricos;
- III. a gestão dos recursos hídricos deve contar com a participação do Poder Público, das comunidades e do usuário;
- IV. prioritariamente a água será utilizada para o abastecimento humano, de forma racional e econômica;
- V. a gestão municipal considerará as bacias hidrográficas como unidade de pesquisa, planejamento e gestão dos recursos hídricos; e
- VI. a gestão dos recursos hídricos deverá estar integrada com o planejamento urbano e rural do Município de Londrina.

Art. 72. O órgão ambiental municipal, visando a garantir a qualidade dos recursos hídricos, tem como objetivo;

- I - proteger a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida da população do Município;
- II - proteger, conservar e recuperar os ecossistemas aquáticos, com especial atenção às áreas de nascentes, mananciais de abastecimento público e outras relevantes para a manutenção dos ciclos biológicos;
- III - reduzir, progressivamente, a toxicidade e a quantidade dos poluentes lançados nos corpos de água;
- IV - compatibilizar e controlar os usos efetivos e potenciais da água, tanto qualitativa quanto quantitativamente;
- V - controlar os processos erosivos que resultem no transporte de sólidos, no assoreamento dos corpos de água e da rede pública de drenagem;
- VI - assegurar o acesso e o uso público às águas superficiais, exceto em áreas de nascentes e outras de preservação permanente, quando expressamente disposto em norma específica;
- VII - assegurar o adequado tratamento dos efluentes líquidos para preservar a qualidade dos recursos hídricos, inclusive para a produção de alimentos e saúde animal; Proposta acolhida.**
- VIII - incentivar condutas que visem ao uso racional e a evitar o desperdício de água.

Art. 73. É obrigatória a existência de instalações sanitárias adequadas nas edificações e sua ligação à rede pública de abastecimento de água e coletora de esgotos.

Parágrafo único. Na ausência de rede pública de abastecimento de água poderá ser adotada solução individual, com captação superficial ou subterrânea, desde que autorizada pelo órgão ambiental competente.

Art. 74. A captação de água superficial ou subterrânea, seu tratamento, transporte e distribuição deverão atender aos requisitos estabelecidos pela legislação específica, sem prejuízo às demais exigências legais.

Parágrafo único: Cabe à concessionária dos serviços citados no caput, promover **o contínuo aprimoramento do sistema de tratamento de esgoto**, a transparência de informações e a segurança sobre a água para o abastecimento público. **(não coerente com o texto)**

Art. 75. Será permitida a perfuração de poços tubulares profundos somente na ausência de abastecimento público de água ou comprovada inviabilidade técnica de ligação à rede pública existente.

§ 1º No caso previsto no caput do artigo, deverão ser obtidas todas as licenças necessárias nos órgãos federais, estaduais e municipais competentes.

§ 2º Os responsáveis pela operação de poços no Município de Londrina ficam obrigados a realizar análise físico-química e bacteriológica da água, no mínimo, semestralmente, e informar o seu resultado aos consumidores.

Art. 76. Para o licenciamento ambiental de atividades que utilizem acima de 30 m³ (trinta metros cúbicos) de água por mês, será exigido a apresentação de projeto e a implantação de sistema de captação e reuso de águas pluviais.

Parágrafo único. No projeto deverá constar o dimensionamento do sistema e a referência bibliográfica do método utilizado.

SUBSEÇÃO I DA PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS SUPERFICIAIS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO

Art. 77. Consideram-se Áreas de Proteção de Mananciais Superficiais de Abastecimento Público:

I – as faixas bilaterais contíguas ao curso d'água principal, situadas à montante da captação, com largura mínima de 100m (cem metros), a partir das margens ou da cota maior de inundação;

II – as faixas bilaterais contíguas dos afluentes, situadas à montante da captação, com largura mínima 60m (sessenta metros), a partir das margens ou da cota maior de inundação; e

III – as faixas de 100m (cem metros) circundantes aos lagos, lagoas e reservatório d'águas naturais ou artificiais, como represas e barragens, destinados ao abastecimento público, desde o seu nível mais alto medido horizontalmente, situadas à montante da captação e;

IV - nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados olhos d'água, qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 100 (cem) metros de largura, para os cursos de água principal e um raio mínimo de 60 (sessenta) metros para os afluentes, situadas à montante da captação.

§ 1º A SEMA poderá ampliar as faixas e áreas especificadas neste artigo, com o objetivo de proteger áreas de especial interesse ecológico, o solo com baixa capacidade de infiltração ou as faixas de afloramento do lençol freático.

§ 2º - Em planície de inundação ou várzeas as faixas de proteção serão contadas a partir da maior cota de alagamento.

§ 3º - Nas localidades em que se aplicam as faixas que aludem o *caput* desobriga-se o repasse de Faixa Verde de Uso Múltiplo adicional.

Art. 78. Nas bacias de manancial superficial de abastecimento público, todo e qualquer efluente líquido, deverá ser destinado à rede pública coletora de esgoto, ficando proibida a infiltração no solo e o lançamento direta ou indiretamente no corpo de água.

Art. 79. As atividades ou empreendimentos permitidos nas bacias dos mananciais superficiais de

abastecimento ~~do Ribeirão Cafezal e do Ribeirão Jacutinga~~ estão condicionados ao das seguintes condicionantes:

- I. É proibido o licenciamento e a operação de atividades que utilizem amianto ou metais pesados em seu processo econômico;
- II. É proibida a destinação de efluentes industriais, mesmo que tratados, para a galeria de águas pluviais ou corpo hídrico;
- III. Os efluentes deverão ser destinados à rede coletora de esgoto com a devida anuência da concessionária ou serem destinados para empresa de tratamento devidamente licenciada;
- IV. O esgoto sanitário deverá ser destinado à rede coletora de esgoto, não sendo permitidos sistemas de tratamento individuais;
- V. O armazenamento de matérias primas e/ou produtos de Classe I (perigosos) ou Classe II A (não inertes) deverá ser em local coberto e impermeabilizado, de forma a evitar sua infiltração no solo

Art. 80. Toda pessoa física ou jurídica que cause transformações nas condições físicas dos lagos, rios, córregos, ribeirões ou nascentes d'água, causando-lhes prejuízos, ficará obrigada a restaurar as suas características originais e a tomar todas as providências que a SEMA exigir para o caso, sem prejuízo das demais penalidades administrativas, cíveis e penais.

Art. 81. Na gestão dos recursos hídricos, a SEMA, em conjunto com a Autarquia Municipal de Saúde, deverá desenvolver programas de monitoramento da qualidade das águas.

SUBSEÇÃO II DOS SETORES ESPECIAIS DE FUNDO DE VALE

Art. 82. O Setor Especial de Fundo de Vale é inedificável e abrange a área de preservação permanente e a faixa verde de uso múltiplo, ressalvadas construções de baixo impacto e de interesse público, condicionadas ao prévio Licenciamento Ambiental pelo órgão ambiental competente.

§ 1º. Aos loteamentos aprovados antes da vigência da Lei Municipal nº 11.471/2012, e na área rural, não se aplica o disposto no caput, devendo ser respeitados os limites da Área de Preservação Permanente.

§ 2º. Os Setores Especiais de Fundo de Vale são abrangidos pelas Áreas de Interesse Ambiental (AIA), conforme legislação de Uso e Ocupação do Solo do município de Londrina.

Art. 83. Serão computadas como faixa verde de uso múltiplo, as áreas inedificáveis e repassados ao domínio do Município, por ocasião do parcelamento do solo, em faixa bilateral contínua de, no mínimo 30 (trinta) metros, adjacentes às áreas de preservação permanente dos corpos de água.

§ 1º. As faixas verdes de uso múltiplo são constituídas pelas áreas contíguas às áreas de preservação permanente dos cursos d'água, nascentes e várzeas.

§ 2º. As faixas verdes de uso múltiplo, deverão atender, prioritariamente, à implantação de parques lineares, ao melhoramento paisagístico e ambiental, às atividades de recreação e lazer, à proteção da biodiversidade, à drenagem, à conservação de áreas críticas de interesse ambiental e ao estabelecimento da faixa sanitária.

§ 3º Nos casos regularização fundiária urbana e/ou loteamentos de habitação de interesse social, admitir-se-á a redução da faixa que trata o caput, após manifestação favorável da Secretaria Municipal do Ambiente.

Art. 84. Nas áreas rurais, por ocasião do desmembramento, deverão ser incluídas às áreas verdes de uso múltiplo.

Art. 85. No processo de Diretriz Urbanística, somente nos casos onde houver perda da faixa sanitária e mediante justificativa técnica, poderá ser realizada a sua compensação.

I - Caberá a Secretaria Municipal do Ambiente indicar as áreas de interesse ambiental que poderão ser contempladas pela compensação que de se trata o *caput*.

II- A compensação prevista do *caput* poderá ser realizada por meio de recuperação ambiental de área, regularização fundiária de Unidades de Conservação ou Áreas de Interesse Ambiental, investimentos em infraestrutura a serem aplicados em Unidades de Conservação.

SEÇÃO III DO AR

Art. 86. O Poder público municipal deverá promover o controle da qualidade do ar observando as diretrizes:

I – exigência da adoção das melhores tecnologias de processo industrial e de controle de emissão, de forma a assegurar a redução progressiva dos níveis de poluição;

II – melhoria na qualidade ou substituição dos combustíveis e otimização da eficiência do balanço energético;

III – definição de metas para redução de emissões dos gases de efeito estufa (GEE), **conforme acordos internacionais; Proposta acolhida.**

IV – implantação de procedimentos operacionais adequados, incluída a implementação de programas de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de controle da poluição;

V – adoção de sistema de monitoramento periódico ou contínuo das fontes de poluição, por parte das empresas responsáveis, determinada pelo órgão licenciador e sem prejuízo das atribuições da fiscalização municipal;

VI – proibição de implantação ou expansão de atividades que possam resultar em violação dos padrões fixados.

SEÇÃO IV DA BIODIVERSIDADE

Art. 87. A vegetação de porte arbóreo e as demais formas de vegetação natural ou aquelas de reconhecido interesse para o Município, bem como a fauna a ela associada, são bens de interesse comum a todos, cabendo ao Poder Público e aos cidadãos a responsabilidade pela sua conservação.

Art. 88. Qualquer espécie que venha colocar em risco a saúde e a integridade do ecossistema poderá ser controlada, mediante autorização dos órgãos competentes.

Art. 89. Fica proibida a introdução de espécimes da fauna e flora nativa ou exótica, sem autorização dos órgãos competentes.

SUBSEÇÃO I DA FLORA

Art. 90. Todos os projetos de loteamentos, condomínios, conjuntos habitacionais de interesse social, distritos industriais e arruamentos deverão incluir o projeto de arborização urbana do sistema viário e das áreas verdes e de lazer, a ser submetido à aprovação da SEMA.

Parágrafo único. Os empreendimentos deverão ser entregues com a arborização de ruas e avenidas concluídas e áreas verdes e de lazer tratadas paisagisticamente.

Art. 91. Será obrigatória nos projetos de edificações, reformas e ampliações residenciais, comerciais ou industriais, a serem analisados pelo órgão municipal competente, a indicação da localização das árvores existentes.

Parágrafo único. O proprietário do imóvel ou o empreendedor ficará responsável pela proteção das árvores ali já existentes.

Art. 92. O Termo de Visto de Conclusão será expedido pela Prefeitura, somente após o plantio de arborização viária pelo proprietário, incorporador, possuidor ou quem de direito, na parte que lhe compete, conforme previsto no Plano Municipal de Arborização.

Art. 93. O Sistema de Áreas Verdes, que compreende toda área de interesse ambiental ou paisagístico, de domínio público ou privado, cuja preservação ou recuperação venha a ser justificada pela SEMA, abrangerá:

I – praças, parques urbanos e áreas verdes e de lazer previstos nos projetos de loteamentos e urbanização;

II – arborização de vias públicas;

III – unidades de conservação;

IV – parques lineares;

V – áreas arborizadas de clubes esportivos sociais, de chácaras urbanas e de condomínios fechados;

VI – remanescentes de vegetação regionais naturais representativos dos segmentos do ecossistema;

VII – áreas de preservação permanente e reservas legais protegidas pelo código Florestal; e

VIII – outras determinadas pela SEMA.

Art. 94. Caberá à SEMA definir o sistema de áreas verdes e de áreas permeáveis públicas de cada empreendimento, em razão de remanescentes florestais e do seu estágio de regeneração ou degradação de áreas de preservação permanente, de várzeas, de faixas de drenagem e das demais características físicas da circunvizinhança da gleba.

§ 1º As áreas verdes dos loteamentos e afins poderão abrigar a instalação de bacias para contenção de cheias, e estando revestidas com vegetação rasteira resistente a encharcamentos, poderão ser computadas na porcentagem destinada às áreas verdes, desde que não impliquem derrubada de vegetação arbórea nativa.

§ 2º É vedada a localização de área de praça em terreno que apresente declividade superior a quinze por cento.

Art. 95. O Poder Público municipal criará e manterá atualizado o cadastro das áreas verdes e das áreas de lazer do Município.

Art. 96. Qualquer intervenção em áreas verdes do Município de Londrina dependerá de manifestação prévia da SEMA.

Art. 97. Compete à SEMA planejar e integrar o Sistema de Áreas Verdes, observados, dentre outros, os seguintes critérios:

I – a importância do segmento do ecossistema na reprodução, na alimentação e no refúgio de representantes da fauna nativa remanescente ou cuja reintrodução seja compatível com o desenvolvimento urbano;

II – a importância dos remanescentes de vegetação na proteção das áreas com restrição de uso;

III – a existência de espécies raras ou de árvores imunes ao corte;

IV – a constituição de corredores ecológicos conectando reservas de vegetação de interesse ambiental;

V - o estabelecimento de áreas estratégicas para a conservação e restauração da biodiversidade;

VI – a possibilidade de um ou mais segmentos do ecossistema atuar como moderadores de clima, amenizadores de poluição sonora e atmosférica, banco genético ou referencial pela sua beleza cênica;

VII – a necessidade de evitar a excessiva fragmentação das Áreas Verdes nos projetos de loteamento e urbanização;

VIII – a utilização da arborização urbana como elemento de integração entre os elementos do sistema de áreas verdes;

IX – a necessidade de implantação dos parques criados por legislação específica;

X – o adequado manejo da arborização das vias públicas; e

XI – o incentivo à arborização de áreas particulares.

Art. 98. São consideradas áreas de proteção obrigatórias do Sistema de Áreas Verdes do Município, além das previstas na Lei Orgânica do Município e no Código Florestal Brasileiro, os remanescentes de vegetação natural, cuja preservação tenha sido justificada pela SEMA.

Art. 99. No Município de Londrina as áreas de preservação permanente corresponderão às áreas estabelecidas nos seguintes termos:

I – ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água, desde o seu nível mais alto em faixa marginal, cuja largura mínima será:

a) de 30m (trinta metros) para os que tenham menos de 10 (dez) metros de largura;

b) de 50m (cinquenta metros) para os que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

c) de 100m (cem metros) para os que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;

d) de 200m (duzentos metros) para os que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;

e) de 500 (quinhentos) metros para os que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

II – ao redor das lagoas e lagos urbanos, em faixa com largura mínima de 30 (trinta) metros;

III – nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados olhos d'água, qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura;

IV – no topo de morros, montes, montanhas e serras;

V – nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45%, equivalente a 100% na linha de maior declive; e

VI - nos brejos, as faixas de proteção permanente serão contadas a partir de seus limites e terão 50 metros de largura.

Art. 100. A área de preservação permanente será calculada em projeção horizontal, a partir do limite da planície inundável ou várzea, na maior cota de inundação do corpo de água em questão.

Parágrafo único. A área de preservação permanente (APP) das várzeas será de 50m (cinquenta metros), a partir do limite da planície inundável.

Art. 101. A supressão de vegetação em áreas de preservação permanente tratadas neste artigo dependerá de autorização do órgão ambiental competente.

Art. 102. Em cada margem, a faixa de preservação permanente deverá conservar a arborização nativa autóctone e, onde esta não mais exista, deverá ser a faixa reflorestada.

§ 1º O disposto no caput deste artigo abrange áreas urbanas e rurais.

§ 2º O ônus do reflorestamento recairá sobre o proprietário do imóvel.

Art. 103. Na recomposição das formações florestais deve-se considerar a composição florística das formações originais associadas aos solos correspondentes, incluídas as espécies de valor alimentício para a fauna.

Art. 104. A integração e a conservação dos remanescentes de vegetação natural serão feitas por meio de corredores ecológicos que interliguem dois ou mais segmentos do ecossistema original, visando facilitar o fluxo gênico das espécies e melhorar a conectividade dos ecossistemas.

Art. 105. Ficam declaradas imunes ao corte as espécies da flora ameaçadas de extinção, constantes de lista oficial nas esferas estadual e/ou federal.

Art. 106. A extração de exemplar de qualquer dessas espécies ameaçadas de extinção só poderá ser feita com autorização expressa da SEMA, em conjunto com outro órgão integrante do SISNAMA, e nos limites estabelecidos em legislação específica.

Parágrafo único. Além da multa pelo corte irregular, deverá o infrator compensar o dano com o plantio, às suas expensas, de novas mudas, conforme o tamanho, a idade, a copa e o diâmetro do caule.

Art. 107. A SEMA promoverá a gestão da arborização urbana de acordo com o Plano Diretor de Arborização e com os princípios técnicos pertinentes.

Parágrafo único. As áreas públicas destinadas a parques, praças, áreas de lazer e recreação deverão ser delimitadas por vias de circulação, meio fio, calçadas e providas de cobertura vegetal arbórea, por meio da preservação da vegetação original ou de replantio de espécies arbóreas nativas, conforme indicação da SEMA.

Art. 108. A preservação dos remanescentes de vegetação natural em áreas particulares será incentivada por meio de:

I – permuta de área;

II – transferência do potencial construtivo;

III – desapropriação; e

IV – incentivo fiscal por meio de isenção ou redução do imposto imobiliário.

Art. 109. O uso de logradouro público ajardinado, como praças e parques, por particulares para colocação de barracas ou para festividades, promoções e outras atividades, está condicionado a manifestação prévia do Poder Público Municipal.

SUBSEÇÃO II DA FAUNA

Art. 110. O Poder Público Municipal, juntamente com a coletividade, promoverá a proteção da fauna local e vedará práticas que coloquem em risco a sua função ecológica, que provoquem a extinção de espécies ou que submetam os animais à crueldade.

Art. 111. A reintegração de animais nativos em segmentos de ecossistemas naturais do Município, neles compreendidas as áreas de preservação permanente, reservas legais, remanescentes de vegetação natural e unidades de conservação, só será permitida com autorização do órgão ambiental competente.

Parágrafo único. Para efeito do caput a Administração Pública incentivará a pesquisa científica sobre ecologia de populações de espécies da fauna nativa.

Art. 112. É proibida a introdução de animais exóticos em segmentos de ecossistemas naturais do Município, neles compreendidas as áreas de preservação permanente, as reservas legais, os remanescentes de vegetação natural, as unidades de conservação e os corpos de água.

Art. 113. A prática de caça, apanha, uso, perseguição, maus tratos, confinamento e criação em locais não apropriados constitui crueldade aos animais.

Art. 114. É proibido o comércio, sob qualquer forma, de espécimes da fauna nativa, bem como de produtos e objetos oriundos de sua caça, perseguição, mutilação, destruição ou apanha.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto neste artigo o comércio de espécimes e produtos provenientes de criadouros comerciais ou jardins zoológicos devidamente legalizados, desde que não oriundos de caça, perseguição, mutilação, destruição ou apanha.

Art. 115. É proibida qualquer forma de divulgação ou propaganda que estimule ou sugira a prática do ato de caçar, aprisionar, perseguir ou maltratar os animais, ou que induza ao consumo de subprodutos ou objetos provenientes da fauna nativa brasileira.

Art. 116. Fica proibido alimentar animais nativos ou exóticos livres em área urbana, salvo os casos de prévia autorização do órgão ambiental competente.

Art. 117. As obras de arte especiais de empreendimentos viários terrestres sobre cursos de água em todo o território do município deverão ser efetivas e seguras para travessia de espécies da fauna silvestre sob as faixas de rolamento.

SUBSEÇÃO III

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAL

Art. 118. A Administração Pública criará e incentivará a criação de unidades de conservação para preservar espécimes da fauna nativa e da flora locais e seus habitats, por meio de lei específica

Art. 119. As restrições de uso e ocupação do solo na Macrozona Rural de Controle Ambiental deverão ser estabelecidas nos planos de manejo das Unidades de Conservação e por meio de legislação específica.

Art. 120. Fica o Executivo Municipal autorizado a transformar as áreas do domínio público em área protegidas, conforme Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9.985/2000) e demais legislações aplicáveis.

Art. 121. A realização de pesquisa científica, estudo ou coleta de material biológico nas unidades de conservação municipais, dependerá de prévia autorização da SEMA.

Parágrafo único. Ao final dos trabalhos, o responsável, deverá fornecer cópia dos resultados à Sema.

Art. 122. É proibida a entrada de animal doméstico em parques municipais, excetuados os cães-guias que acompanhem deficientes visuais.

Art. 123. Fica proibida a realização de eventos de natureza diversa a ambiental em unidades de conservação e espaços constituídos especialmente para o conservacionismo.

CAPÍTULO VII DA POLUIÇÃO

SEÇÃO I DAS EMISSÕES DE EFLUENTES LÍQUIDOS

Art. 124. O lançamento de efluentes líquidos não poderá conferir aos corpos de água receptores características em desacordo com os critérios e padrões vigentes de qualidade de água ou que criem obstáculos ao trânsito de espécies migratórias.

Art. 125. É vedado o lançamento de esgotos a céu aberto ou à rede de águas pluviais.

Parágrafo único. É proibida a ligação de esgoto à rede de drenagem pluvial bem como a ligação da água pluvial à rede coletora de esgoto.

Art. 126. Toda edificação fica obrigada a ligar o esgoto doméstico ao sistema público de esgotamento sanitário, quando da sua existência.

Art. 127. Na ausência do sistema público de esgotamento sanitário deverá instalar sistema de tratamento próprio e adequado.

Parágrafo único. O projeto do sistema de tratamento de esgoto a que se refere o caput desse artigo, deverá ser aprovado pela Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação.

Art. 128. Fica proibido o uso de fossa negra no Município de Londrina.

Art. 129. As atividades efetivas ou potencialmente poluidoras que gerem quaisquer efluentes líquidos ficam sujeitas ao licenciamento ambiental, pelo órgão ambiental competente.

§ 1º As atividades poluidoras que tratam o caput deste artigo deverão realizar sistema de tratamento dos respectivos efluentes líquidos.

§ 2º O efluente líquido tratado deverá ser destinado à rede coletora de esgoto, com a devida anuência da concessionária.

§ 3º Os efluentes líquidos só poderão ser conduzidos às redes públicas de esgotos, se atenderem às normas e aos padrões fixados em lei.

§ 4º O lançamento de efluentes líquidos fora dos padrões especificados constitui infração sujeita à interdição ou embargo e multa.

§ 5º Caso não exista rede coletora de esgoto no local, o efluente tratado poderá ser destinado à rede de galeria pluvial, desde que atenda às normas e aos padrões fixados em lei.

Art. 130. A disposição final em corpos de água, de esgotos domiciliares e industriais, depois de tratados, deverá atender às normas e critérios estabelecidos na legislação federal, estadual e municipal.

Art. 131. Os dejetos da limpeza de fossas sépticas, de sanitários químicos e de sanitários de veículos de transporte rodoviário, ferroviário e aeroviário, devem ser enviados a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), após aprovação do órgão competente.

Parágrafo único. É vedado o lançamento destes dejetos em galerias de água pluvial, corpos de água ou terrenos baldios.

Art. 132. Em caso de ameaça de epidemia, os dejetos provenientes dos sanitários de veículos de transporte rodoviário, ferroviário e aeroviário, deverão receber tratamento específico sob a orientação do órgão municipal da saúde.

SEÇÃO II DAS EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

Art. 133. Será considerado poluente atmosférico qualquer substância presente no ar em concentração que possa torná-lo impróprio, nocivo ou ofensivo à saúde, causar inconvenientes ao bem estar público, danos aos recursos vivos, ecossistemas e bens materiais.

Art. 134. Compete à SEMA controlar a implantação e fiscalizar as ações de prevenção e combate à poluição do ar no Município.

§ 1º São incluídos no âmbito de abrangência deste artigo os poluentes do ar emitidos:

I – por fontes móveis ou estacionárias;

II – durante o manuseio e a transformação por processos físicos, químicos ou biológicos, associados à industrialização ou à transformação;

III – em estocagem ou transporte;

IV – por despejo ou derrame e vazamento acidentais;

V – por incineração de materiais de natureza orgânica ou inorgânica; e

VI – direta ou indiretamente pela prática de queimadas de restos de podas, pela capina e limpeza em terrenos urbanos e pelas queimadas rurais.

§ 2º As fontes de emissão autorizadas referidas no parágrafo anterior deverão obedecer aos padrões máximos de emissão estabelecidos pela legislação federal, estadual e municipal, de modo a atender aos padrões mínimos de qualidade do ar.

§ 3º A emissão de poluentes por fonte de qualquer natureza deverá ser interrompida temporariamente quando as condições atmosféricas não forem favoráveis à sua dispersão ou quando a emissão de poluentes excederem os padrões estabelecidos.

§ 4º Toda fonte de poluição atmosférica deverá ser provida de sistema de redução e controle de poluição.

Art. 135. O Poder Público poderá implantar medidas de controle de emissão de gases por veículos automotores nos termos da legislação federal, estadual e municipal em vigor.

Art. 136. Para promover a dispersão ambiental da carga poluente, a descarga dos gases de exaustão, toda fonte de emissão atmosférica deverá ser provida de sistema de redução e controle de poluição, com altura e normas específicas definidas pelo órgão competente, com critérios a serem definidos por regulamentação própria.

Art. 137. Os combustíveis derivados de madeiras, em forma de lenha, cavacos, carvão vegetal, serragem, pó de lixamento, casca, aglomerado, compensado ou MDF e assemelhados, apenas poderão ser utilizados caso não tenham sido tratados com produtos halogenados, revestidos com produtos polimerizados, tintas ou outros revestimentos.

Art. 138. São vedadas a instalação e a ampliação de atividades emissoras de poluentes atmosféricos que não atendam ao estabelecido na legislação federal, estadual e municipal.

Art. 139. Nos projetos ou estudos para implantação de pontos finais de linhas e terminais de ônibus, de transbordo ou descarga de caminhões e nos pontos de concentração de veículos automotores, deverão ser previstos mecanismos que garantam os padrões de qualidade do ar.

Parágrafo único. Em pontos do sistema viários considerados críticos pela poluição do ar, o Município deverá executar plano de emergência para redistribuição do tráfego de veículos.

Art. 140. É proibida a queima ao ar livre de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, bem como de qualquer outro material combustível em área urbana ou rural.

Art. 141. Deverão ser respeitados, dentre outros, os seguintes procedimentos gerais, para o controle de emissão de material particulado:

I – na estocagem a céu aberto de materiais que possam gerar emissão por transporte eólico, as vias de tráfego interno das instalações comerciais e industriais deverão ser pavimentadas, lavadas ou umectadas com a frequência necessária para evitar acúmulo de partículas sujeitas a arraste eólico, em especial nos períodos secos;

II – as áreas adjacentes às fontes de emissão de poluentes atmosféricos, quando descampadas, deverão ser objeto de programa de reflorestamento e arborização por espécies e manejos adequados;

III – sempre que tecnicamente possível, os locais de estocagem e transferência de materiais, que possam estar sujeitos ao arraste pela ação dos ventos, deverão ser mantidos sob cobertura, enclausurados ou submetidos a outras técnicas comprovadamente, eficazes no impedimento da emissão de particulados;

IV – as chaminés, equipamentos de controle de poluição do ar e outras instalações que se constituam em fontes de emissão, efetivas ou potenciais, deverão ser construídas ou adaptadas para permitir o acesso de técnicos encarregados de avaliações relacionadas ao controle da poluição; e

V - O lançamento de efluentes gasosos deve ser realizado preferencialmente através de dutos ou chaminés, e os sistemas de exaustão das fontes fixas deverão ser mantidos e operados adequadamente, de modo a evitar emissões fugitivas desde a fonte geradora até a chaminé.

SEÇÃO III DAS EMISSÕES DE RUÍDOS

Art. 142. O controle da emissão de ruídos no Município visa garantir o sossego e bem-estar público, evitando sua perturbação por emissões excessivas ou incômodas de sons de qualquer natureza ou que contrariem os níveis máximos fixados em lei.

Art. 143. Compete ao Poder Público Municipal:

I – exercer o poder de fiscalização das fontes de poluição sonora;

II – exigir das pessoas físicas ou jurídicas responsáveis por qualquer fonte de poluição sonora apresentação dos resultados de medições e relatórios.

Art. 144. É proibido perturbar o sossego e o bem-estar públicos com ruídos ou vibrações de qualquer natureza que ultrapassem os níveis previstos para os diferentes horários e zonas de uso, conforme as normas técnicas e legislação vigentes.

Art. 145. Os equipamentos e os métodos utilizados para medição e avaliação dos níveis de sons e ruídos obedecerão às normas técnicas e legislação vigentes.

Art. 146. A emissão de ruídos decorrentes de quaisquer atividades exercidas em ambiente confinado somente será permitida se não prejudicar o sossego público e a saúde, conforme as normas técnicas e legislação vigentes:

§ 1º Os estabelecimentos, instalações ou espaços em funcionamento no Município de Londrina, previstos no caput, deverão dotar suas dependências de tratamento acústico a fim de evitar que o som se propague acima do limite permitido.

§ 2º A implantação do projeto de tratamento acústico é condição essencial à renovação ou concessão de licença legalmente exigida, para instalação e funcionamento de estabelecimento, evento ou empreendimento.

Art. 147. Os limites de níveis de som emitidos pelas fontes móveis, obedecerão às normas técnicas e legislação vigentes.

Art. 148. As emissões de ruídos ou vibrações provenientes da construção civil deverão atender às normas técnicas e legislação vigentes.

SEÇÃO IV DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 149. São considerados geradores de resíduos sólidos as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo.

Art. 150. Todo gerador de resíduos sólidos é responsável pelo gerenciamento de seus resíduos, de acordo com a legislação vigente.

Art. 151. Não é permitido depositar, dispor, descarregar, entulhar, infiltrar ou acumular, no solo, resíduos, em qualquer estado de matéria, que alterem as condições físicas, químicas ou biológicas do ambiente.

Art. 152. O solo poderá ser utilizado para destino final de resíduos de qualquer natureza, desde que sua disposição ocorra de forma adequada, obedecendo o disposto nas normas técnicas e legislação vigente.

Art. 153. Não poderão ser dispostos diretamente no solo, in natura, os resíduos de qualquer natureza, portadores de germes patogênicos ou de alta toxicidade, bem como inflamáveis, explosivos, radioativos e outros prejudiciais ao ambiente.

Parágrafo único. As formas de tratamento, acondicionamento e disposição final deverão ser fixadas em projetos específicos que atendam aos requisitos de proteção do ambiente, da saúde e à legislação ambiental em vigor.

Art. 154. Quando a descarga ou o depósito de resíduos exigirem a execução de aterros sanitários, deverão ser tomadas medidas adequadas à prevenção e ao controle de toda forma de poluição.

Art. 155. Somente será tolerado o armazenamento temporário de resíduos de qualquer natureza na fonte de poluição ou em outros locais quando não oferecerem risco de poluição ambiental, nem proporcionarem a atração, abrigo ou a geração de vetores, animais peçonhentos e sinantrópicos.

Art. 156. A fonte geradora de resíduos é responsável pela segregação, pelo armazenamento, pelo tratamento, pelo transporte e pela destinação final das substâncias de qualquer natureza resultantes das atividades produtivas.

CAPÍTULO VIII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 157. Constitui infração, para os efeitos desta Lei, qualquer ação ou omissão que cause dano ao ambiente ou importe na inobservância de norma legal ou regulamentar de quaisquer das esferas da Federação.

§ 1º A reparação do dano ambiental é obrigatória em todos os casos em que for possível, independentemente da penalidade aplicada.

§ 2º A SEMA deverá aplicar as penalidades previstas na legislação municipal, estadual e federal, considerando-se as competências constitucionais e as atribuídas pelo Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, bem como os tratados e normas internacionais em vigor.

§ 3º Além das hipóteses mencionadas no caput, consideram-se infrações:

I – a execução de obras, atividades, processos produtivos e empreendimentos ou a utilização ou exploração de recursos naturais de quaisquer espécies sem a respectiva licença ambiental;

II – a execução, utilização ou exploração mencionada no inciso anterior, em desacordo com a respectiva licença ambiental;

III – a inobservância ou o não cumprimento das normas legais e regulamentares ou das exigências impostas pelo órgão ambiental competente; e

IV – o fornecimento de informações incompletas, incorretas ou inexatas ao órgão ambiental e no procedimento para obtenção de licenciamento ambiental municipal.

Art. 158. As penalidades incidirão sobre os infratores, sejam eles:

I – autores diretos, pessoas naturais ou jurídicas, de direito público ou privado; e

II – autores indiretos, assim compreendidos aqueles que, de qualquer forma, concorram, por ação ou omissão, para a prática da infração ou dela se beneficiem, incluídas as pessoas físicas responsáveis pelas pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Art. 159. Na ocorrência das infrações caracterizadas no Art. 155 serão considerados, para efeito de graduação e imposição de penalidades:

I – o grau de desconformidade da execução, utilização ou exploração com as normas legais, regulamentares e demais exigências do órgão ambiental competente;

II – a intensidade do dano efetivo ou potencial ao ambiente;

III – as circunstâncias atenuantes ou agravantes;

IV – os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental; e

V – a capacidade econômica do infrator, no caso de multa.

§ 1º Para o efeito do disposto no inciso III do Art. 157, serão atenuantes as seguintes circunstâncias:

I – menor grau de compreensão e escolaridade do infrator;

II – arrependimento eficaz do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano ou limitação da degradação ambiental causada;

III – comunicação prévia do infrator às autoridades competentes, em relação a perigo iminente de degradação ambiental; e

IV – colaboração com os agentes encarregados da fiscalização e do controle ambiental.

§ 2º. Para efeito do disposto no inciso III do Art. 157, serão agravantes as seguintes circunstâncias:

I – a reincidência;

II – a maior extensão da degradação ambiental;

III – o dolo;

IV – a ocorrência de efeitos sobre a propriedade alheia;

V – os danos permanentes à saúde humana;

VI – a infração sobre área sob proteção legal;

VII – o emprego de métodos cruéis na morte ou captura de animais;

VIII – o impedimento ou a dificuldade ou o embaraço à fiscalização;

IX – a utilização, do infrator, da condição de agente público para a prática de infração;

X – a tentativa de se eximir da responsabilidade, atribuindo-a a outrem; e

XI – a ação sobre espécies raras, endêmicas, vulneráveis ou em risco de extinção.

Art. 160. O servidor público que dolosamente concorra para a prática de infração às disposições desta Lei ou de seu regulamento ou que facilite o seu cometimento, fica sujeito às cominações administrativas e penais cabíveis, sem prejuízo da obrigação solidária com o autor de reparar o dano ambiental a que der causa.

Art. 161. As infrações às disposições deste Código, às normas, aos critérios, parâmetros e padrões estabelecidos em decorrência dele e da legislação federal, estadual e municipal, e às exigências técnicas ou operacionais feitas pelos órgãos competentes para exercerem o controle ambiental, serão punidas com as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa de R\$ 50,00 (cinquenta reais) a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), conforme a graduação prevista nesta lei, corrigidos periodicamente com base nos índices legais;

III – interdição, temporária ou definitiva;

IV – cassação;

V – apreensão;

VI – embargo;

VII – demolição; e

VIII – perda ou suspensão de incentivos e benefícios fiscais.

§ 1º A sanção de advertência poderá ser aplicada, mediante a lavratura de auto de infração, para as infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente, cujo valor da multa não ultrapasse R\$ 1.000,00 (um mil reais), garantidos a ampla defesa e o contraditório.

§ 2º A penalidade de multa pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, respeitando a mesma base de cálculo da multa.

§ 3º A penalidade de interdição, temporária ou definitiva, será imposta nos casos de perigo iminente à saúde pública e ao ambiente, ou, a critério da autoridade competente, nos casos de infração continuada.

§ 4º A autoridade ambiental competente poderá impor a penalidade de interdição, temporária ou definitiva, desde a primeira infração, visando à recuperação e à regeneração do ambiente degradado.

§ 5º A imposição da penalidade de interdição poderá acarretar a suspensão ou a cassação das licenças, conforme a gravidade do caso.

§ 6º A penalidade de embargo ou demolição poderá ser imposta no caso de obras ou construções feitas em desacordo com a legislação ambiental, sem licença ambiental ou em desconformidade com ela.

Art. 162. A penalidade de multa será imposta observadas as circunstâncias atenuantes e agravantes.

§ 1º Ao determinar o peso da infração e o valor da multa a ser aplicada, a autoridade atuante deverá levar em consideração a extensão do dano, as circunstâncias em que ocorreu o dano, a possibilidade de recuperação do ambiente e a capacidade econômica do infrator.

§ 2º A multa será recolhida ao Fundo Municipal do Meio Ambiente.

Art. 163. Nas reincidências, as multas serão cobradas em dobro.

Art. 164. Na hipótese de infrações continuadas, poderá ser imposta multa diária.

Art. 165. Apurada a violação das disposições deste Código e da legislação ambiental em vigor, será lavrado auto de infração.

Art. 166. Auto de Infração é o instrumento por meio do qual a autoridade municipal apura a violação de disposições deste e dos demais códigos, leis, decretos e regulamentos municipal, estadual e federal.

§ 1º O auto de infração conterá os requisitos essenciais à caracterização da infração, bem como a identificação da autoridade que o lavrou.

§ 2º A recusa da contrafé pelo infrator será certificada no auto de infração, e não afastará a presunção de veracidade quanto ao seu conteúdo.

§ 3º Os autos de infração obedecerão a modelos especiais e conterão obrigatoriamente:

I – o dia, mês, ano, hora e lugar em que foi lavrado;

II – o nome de quem o lavrou, relatando-se com toda a clareza o fato constante da infração e os pormenores que possam servir de atenuante ou de agravante à ação;

III – a identificação do infrator;

IV – a disposição infringida; e

V – a assinatura de quem o lavrou, do infrator e de duas testemunhas capazes, se houver.

§ 4º O autuado será notificado da lavratura do auto de infração:

I – pessoalmente, no ato da lavratura, mediante cópia do auto de infração ao próprio autuado, seu representante, mandatário ou preposto, contra-assinatura ou recibo, datada no original, ou a menção da circunstância de que o mesmo não pode ou se recusou a assinar;

II – por via postal registrada, acompanhada de cópia do auto de infração, com aviso de recebimento; ou

III – por publicação oficial do Município, na sua íntegra ou de forma resumida, quando improdutivos os meios previstos nos incisos anteriores.

§ 5º As omissões ou incorreções eventualmente constantes do auto de infração não o invalidam, desde que do processo constem elementos suficientes à determinação da infração e identificação do infrator.

Art. 167. No prazo de 20 (vinte) dias, contados da data da ciência da autuação, caberá defesa prévia a comissão de servidores efetivos, instituída pelo titular da Secretaria Municipal do Ambiente.

§ 1º No caso de indeferimento, da defesa apresentada, será concedido, ao autuado, prazo de mais 20 (vinte) dias, para interpor recurso ao respectivo Conselho Municipal, contados da data do recebimento da notificação.

I- Provido o recurso voluntário, torna-se insubsistente o auto de infração, o qual será arquivado na SEMA, após a conclusão dos procedimentos referentes aos lançamentos tributários;

II- Não provido o recurso voluntário, o Conselho devolverá o processo à SEMA, para a notificação ao infrator, bem como a conclusão dos procedimentos referentes aos lançamentos tributários; e,

III- A decisão do Conselho terá caráter definitivo na esfera administrativa.

§ 2º Não serão admitidas defesas ou recursos, se interpostos fora do prazo, caso em que mandará notificar ao infrator a ocorrência do trânsito em julgado do contencioso na esfera administrativa.

§ 3º Caberá ao agente fiscalizador estabelecer os valores nos autos de infração. Somente nos casos em que não for possível a definição do valor no ato da lavratura, caberá à comissão de servidores esta definição.

§ 4º A defesa prévia ou o recurso interposto serão recebidos, com efeito meramente devolutivo, quando a sanção imposta for de interdição, cassação, apreensão ou embargo, e com efeito suspensivo nos demais casos.

§ 5º. Os prazos definidos neste parágrafo são meramente administrativos, correm em favor do ambiente e não se constituem, por qualquer forma, em benefício processual ao infrator.

Art. 168. Será oportunizado ao infrator, pessoa física ou jurídica, firmar com a Secretaria Municipal do Ambiente, através do Secretário da pasta, Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, para promover as correções das atividades, para reduzir, reparar, mitigar, compensar e/ou eliminar o dano ambiental produzido, através da adequação de seu comportamento às exigências legais, mediante a formalização de termo com força de título executivo extrajudicial.

§ 1º O TAC poderá ser proposto pelo autuado, a qualquer tempo, durante a tramitação do processo, antes da sua finalização.

I- O processo será considerado findo com pagamento do valor arbitrado no Auto de Infração; e,

II- Se o dano ambiental se repetir ou persistir, após o pagamento do valor do Auto de Infração ou mesmo após o cumprimento total do TAC, será considerada nova infração com o valor duplicado, em relação ao primeiro auto aplicado.

III- A celebração do termo de compromisso de que trata este artigo não impede a execução de eventuais multas aplicadas antes da protocolização do requerimento.

IV- Da data da protocolização do requerimento e enquanto perdurar a vigência do correspondente termo de compromisso, ficarão suspensas, em relação aos fatos que deram causa à celebração do instrumento, a aplicação de sanções administrativas contra a pessoa física ou jurídica que o houver firmado.

V- Considera-se rescindido de pleno direito o termo de compromisso, quando descumprida qualquer de suas cláusulas, ressalvado o caso fortuito ou de força maior.

VI- O valor proposto no investimento deverá ser compatível com o valor da multa imposta.

VII- O requerimento de celebração do termo de compromisso deverá conter as informações necessárias à verificação da sua viabilidade técnica e jurídica, sob pena de indeferimento do plano, sendo obrigatório que o respectivo instrumento disponha sobre:

a. o nome, a qualificação e o endereço das partes compromissadas e dos respectivos representantes legais;

b. o prazo de vigência do compromisso, que, em função da complexidade das obrigações nele fixadas, poderá variar entre o mínimo de noventa dias e o máximo de três anos, com possibilidade de prorrogação por igual período; e,

c. a descrição detalhada de seu objeto, o valor do investimento previsto e o cronograma físico de execução e de implantação das obras e serviços exigidos, com metas periódicas a serem atingidas;

§ 2º No caso de empresa pública, da administração direta ou indireta, o valor do TAC poderá ser 20% inferior ao valor do auto de infração.

§ 3º Após o protocolo, o termo de compromisso será encaminhado à comissão de servidores que, após análise e deferimento, será encaminhando ao Secretária da pasta para formalização.

Art. 169. Os infratores ambientais que estiverem em débito com a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, não poderão participar de concorrência, convite ou tomada de preços da Administração Pública Direta ou Indireta do Município de Londrina.

Art. 170. Os objetos apreendidos, decorrentes de crimes ambientais, inclusive equipamentos e veículos, serão recolhidos ao depósito da Prefeitura ou outro local por esta indicado.

§ 1º Os objetos apreendidos poderão ser depositados em mãos de terceiros ou do próprio detentor, a critério da fiscalização, através de termo de apreensão e depósito.

§ 2º A devolução dos objetos apreendidos só se fará se ficar comprovado que os mesmos não são utilizados para a prática de infrações ambientais, observados o histórico do infrator e características do objeto, e somente após pagas as multas que tiverem sido aplicadas, e indenizada a Administração Municipal das despesas que tiverem sido feitas com a apreensão, o transporte e o depósito.

§ 3º Nos demais casos em que não houver a devolução do bem, serão declaradas a perda do objeto, equipamento ou veículo utilizado na infração, com sua incorporação ao patrimônio, doação a entidade sem fins lucrativos ou órgão público, ou ainda a venda em hasta pública.

Art. 171. No caso de não serem reclamados ou retirados dentro do prazo de noventa dias, os objetos apreendidos poderão ser vendidos em hasta pública ou doados, salvo disposição específica na lei.

Parágrafo único. Em caso de venda do objeto em hasta pública o valor será direcionado a indenização das multas e despesas com a hasta, e o saldo remanescente entregue ao proprietário, mediante requerimento devidamente instruído e processado.

Art. 172. Não são diretamente passíveis das penas definidas neste Código:

I – os incapazes, na forma da lei; e

II – os que forem comprovadamente coagidos a cometer a infração.

Art. 173. Sempre que a infração for praticada por quaisquer dos agentes a que se refere o artigo anterior, a pena recairá sobre:

I – os pais, tutores ou pessoa sob cuja guarda estiver o menor;

II – o curador ou pessoa sob cuja guarda estiver o incapaz; e

III – aquele que der causa à infração forçada.

Art. 174. A conciliação e mediação deve ser estimulada pela autoridade ambiental municipal, com vistas a encerrar os processos administrativos relativos à apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 175. Somente será renovado o alvará de funcionamento das empresas potencialmente poluidoras já instaladas no Município de Londrina após emissão de Licença Ambiental, expedida pelo órgão ambiental competente.

Art. 176. Deverão ser previstos na dotação orçamentária dos órgãos municipais competentes os recursos financeiros necessários à implementação deste Código.

Art. 177. As situações e fatos ambientais que não estejam previstos neste Código serão gerenciados pelo órgão municipal competente, que estabelecerá os procedimentos a serem seguidos pelos interessados e fixará prazos para a sua observância.

Art. 178. Este código entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 11.471, de 5 de janeiro de 2012.

ANEXO I GLOSSÁRIO

- **Áreas de Interesse Ambiental (AIA):** abrangem os Setores Especiais de Fundo de Vale e as Áreas de Preservação Permanente dos cursos d'água nos trechos inseridos nos perímetros urbanos e nas zonas expansão urbana, além de outras áreas de relevância ambiental e paisagística. Esta definição substitui a Zona Especial de Fundo de Vale da lei de uso e ocupação vigente.
- **Áreas Verdes:** espaços livres, de uso público, com cobertura vegetal arbórea, arbustiva ou rasteira, nativa ou introduzida, reservadas a cumprir múltiplas funções de contemplação, repouso, preservação e lazer, contribuindo para a qualidade de vida e equilíbrio ambiental nas cidades.
- **Área de preservação permanente:** é uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.
- **Bacias Hidrográficas:** área de drenagem de um rio principal e seus afluentes.
- **Brejo:** caracterizado pela presença de solos hidromórficos e vegetação adaptada a condições de encharcamento.
- **Conservação Ambiental:** o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.
- **Degradação Ambiental:** alteração adversa das características do meio ambiente.
- **Destinação Final Ambientalmente Adequada:** destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação energética ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes, entre elas, a disposição final, observando normas operacionais específicas, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, e a minimizar os impactos ambientais adversos.
- **Extinção:** é o desaparecimento de populações de uma espécie em determinada área geográfica ou comunidade.
- **Estudos Ambientais:** são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, construção, instalação, ampliação, operação e funcionamento de estabelecimentos, empreendimentos ou atividades, apresentados como subsídio para a análise da licença requerida.
- **Faixa sanitária:** área não edificável, vinculada à servidão administrativa para a instalação de equipamentos urbanos de saneamento, com a largura mínima de 10,00m (dez metros);

- Faixa verde de uso múltiplo: faixa bilateral contínua e contígua à Área de Preservação Permanente repassada ao município por ocasião do parcelamento do solo com, no mínimo 30m (trinta metros), com função ecológica de servir como zona de amortecimento da APP, aumento da área verde do município e refúgio para fauna, servindo como proteção à área urbana em episódios enchentes e/ou inundação, sendo admitido seu uso para a instalação de parques lineares, estruturas de lazer, instalação de equipamentos urbanos de saneamento.
- Fauna Local: os animais nativa, domésticos e exóticos de qualquer espécie ou origem, em qualquer fase de seu desenvolvimento, que vivem constante ou sazonalmente no Município de Londrina.
- Gases de efeito estufa: Efeito estufa é um fenômeno natural, causado por uma série de gases, que retem parte do calor irradiado pela Terra, tornando-a mais quente. Esses gases são os chamados gases de efeito estufa, compostos principalmente por gás carbônico (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O) e vapor d'água, entre outros. A queima de combustíveis fósseis e desmatamento, têm aumentado a concentração desses gases na atmosfera e, como consequência, elevado a temperatura média da Terra, causando mudanças climáticas.
- Impacto Ambiental Local: aquele que afete diretamente, no todo ou em parte, o território do Município de Londrina, sem ultrapassar o seu limite territorial.
- Licenciamento Ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente autoriza ou licencia a localização, construção, instalação, ampliação e operação de empreendimentos ou atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais, bem como as capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.
- Macrozona Rural de Controle Ambiental: compreende as Unidades de Conservação e respectivas zonas de amortecimento, e tem como característica o potencial de preservação ambiental.
- Manejo: todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas.
- Meio Ambiente: o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permitem, abrigam e regem a vida em todas as suas formas.
- Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS): são uma agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, composta por objetivos e metas a serem alcançados até 2030.
- Padrões Sustentáveis de Produção e Consumo: produção e consumo de bens e serviços, de forma a atender as necessidades das atuais gerações e permitir melhores condições de vida, sem comprometer a qualidade ambiental e o atendimento das necessidades das gerações futuras.
- Patrimônio Ambiental: refere-se a um bem natural que, dado seu valor em termos de biodiversidade, valor econômico, cultural ou paisagístico, merece ser protegido pela sociedade.
- Parques urbanos: aqueles inseridos na malha urbana, com o objetivo principal de propiciar a preservação, lazer e educação ambiental à população;
- Parques lineares: espaços criados ao longo dos cursos de água, cuja principal função é a de exercer proteção à rede hídrica e às vegetações ciliares, que poderão contemplar funções de lazer e recreação.
- Poluição: qualquer alteração da qualidade ambiental, resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população.
- Poluidor: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental.
- Poluente atmosférico: qualquer forma de matéria sólida, líquida ou gasosa ou de energia que, presente na atmosfera, cause ou possa causar poluição atmosférica.
- Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos

naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

- Preservação: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem à proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais.
- Recursos Naturais: o ar atmosférico, águas superficiais e subterrâneas, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera e demais componentes dos ecossistemas, com todas as suas inter-relações necessárias à manutenção do equilíbrio ecológico.
- Setor Especial de Fundo de Vale: área compreendida pelas áreas de preservação permanente dos curso d'água e das Faixa Verde de Uso Múltiplo.
- Unidades de Conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.
- Várzea: terrenos baixos e mais ou menos planos que se encontram junto às margens dos rios.
- Vegetação Natural: toda vegetação constituída de espécies nativas locais, primárias ou que se encontrem em diferentes estágios de regeneração.
- Zoneamento Ambiental: consiste na definição de áreas do território do Município, de modo a regular atividade e a definir ações para a proteção e melhoria da qualidade do ambiente, em face das suas características ou atributos das áreas.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Sílvia Cebulski, Diretor(a) de Controle Ambiental**, em 27/04/2023, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



Documento assinado eletronicamente por **Esther Romero Jandre, Diretor(a) de Bem-Estar Animal**, em 27/04/2023, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



Documento assinado eletronicamente por **Gerson Galdino, Diretor(a) de Áreas Verdes**, em 27/04/2023, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Deber Siena, Secretário(a) Municipal do Ambiente**, em 27/04/2023, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.londrina.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10073469** e o código CRC **AE4AD1B7**.